



Supremo Tribunal Federal STFDigital

12/12/2023 18:31 0138674



BSM

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

**PETIÇÃO Nº 11.986/DF – AUTOS FÍSICOS E SIGILOSOS**  
**RELATOR : MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES**  
**REQUERENTE : SOB SIGILO**  
**ADV.(A/S) : SOB SIGILO**  
**PETIÇÃO GCAA/PGR/MPF Nº 4153 - 1334914/2023**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR,**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Subprocurador-Geral da República infrafirmado, no exercício de suas funções constitucionais e legais, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, em atenção ao despacho de fls. 50/51, expor e requerer o que segue.

**I. DA REPRESENTAÇÃO POLICIAL E CONTEXTUALIZAÇÃO**

Trata-se de representação da Polícia Federal pela expedição de mandado de busca e apreensão domiciliar em face de **RAQUEL NUNES BARBOZA** **JOSÉ MARIA MATTAR**

CFS/LFG

1/29



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

[REDACTED], JULANA MACHADO DA SILVA RIBEIRO ([REDACTED]), LUIZ  
EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA ([REDACTED]), ANDRE LUIS  
SANTOS CARNEIRO, NEIDE MARIA GOMES PALMEIRA ([REDACTED]  
[REDACTED]), CHARLES ADRIANO SIQUEIRA DE SOUZA ([REDACTED]),  
LEONARDO LOUREIRO FERRAZ [REDACTED], LUCIA MARIA  
CAXIAS DOS SANTOS [REDACTED] e CARLOS ROBERTO COELHO  
DE MATTOS JÚNIOR [REDACTED]

Ressalta a autoridade policial que *"a presente investigação iniciou-se com a instauração do IPL 2022.0081358-DPF/GOY/RJ (e-proc 5009104-81.2022.4.02.510), declinado posteriormente para a 7ª Vara Federal Criminal no Rio de Janeiro, que, identificando indícios de parlamentar federal na participação dos ilícitos investigados, também declinou à Suprema Corte (fls. 186/236 - 187/237 - PET 11.715 Rio de Janeiro), que recebeu o apuratório para continuidade"* (fl. 3).

Rememore-se que a Petição 11.385/TRJ, por meio da qual houve o recebimento inicial das presentes investigações, foi distribuída por prevenção ao Inquérito nº 4.920/DF, ante o declínio de competência realizado pela 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, ao argumento de que, com a realização de diversas diligências, foi possível identificar indícios de que o Deputado Federal CARLOS JORDY, possivelmente, detinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, tanto pelas redes sociais como por suas



ST  
M

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

ações de campanha na região.

No âmbito da PET 11.385, em 18 de maio de 2023, Vossa Excelência determinou a remessa dos autos à Polícia Federal, para as providências necessárias.

Realizadas as diligências iniciais, a autoridade policial formalizou representação, na qual pleiteou o afastamento do sigilo bancário de CARLOS ROBERTO COELHO DE MATTOS JÚNIOR, CARLOS VICTOR DE CARVALHO, CHARLES ADRIANO SIQUEIRA DE SOUZA, DANIEL PESSANHA BATISTA, DIEGO DIAS VENTURA, ELIZÂNGELA CUNHA PIMENTEL BRAGA, FABRÍCIO JOSÉ CARLOS DE QUEIROZ, JORGE LUIZ MACHADO GARCIA, LÚCIA MARIA CAXIAS DOS SANTOS, RAQUEL NUNES BARBOZA e ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA JUNIOR.

Além disso, representou, naqueles autos, pelo afastamento do sigilo de dados telemáticos de CARLOS VICTOR DE CARVALHO, FABRÍCIO JOSÉ CARLOS DE QUEIROZ e RAQUEL NUNES BARBOZA.

## II – DAS CONDUTAS DOS INVESTIGADOS



58

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

Inicialmente, esclareça-se que o Ministério Público procede à análise da presente representação em cotejo com os elementos de informação indicados na PET 11.385 que, embora não acostados aos presentes autos, sua utilização por referência não encontra óbice, uma vez que a PET 11.986 foi distribuída por dependência àquela.

O Inquérito Policial foi instaurado por Portaria IPL 2022.0081358-DPF/GOY/RJ, para apurar condutas que se amoldam, em tese, a crimes contra o Estado Democrático de Direito, especialmente na tentativa, com emprego de violência ou grave ameaça, de abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais, bem como os crimes de incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas contra os poderes constitucionais e de associação criminosa, delitos previstos nos artigos 359-L da Lei 14.197/2021, art. 286, parágrafo único e art. 288 do Código Penal.

O início das investigações foi impulsionado pelos bloqueios de rodovias verificados em diversas localidades do país, bem como dos acampamentos nos arredores dos quartéis das forças armadas, que se deram logo após o segundo turno das eleições presidenciais.

Ao longo das investigações, surgiram indícios, ainda, do financiamento dos atos golpistas ocorridos no dia 8 de janeiro em Brasília/DF



59

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

pelos representados.

Logo no dia 1 de novembro de 2022, a autoridade policial tomou conhecimento do bloqueio de rodovias na região circunscrita à Delegacia da Polícia Federal de origem, o que motivou a determinação de diligências para apuração da veracidade das informações, assim como de eventuais autores e partícipes nos atos criminosos.

Ainda no início das investigações, foi identificado que **JORGE LUIZ GARCIA**, "Jorjão", e **DANIEL PESSANHA BATISTA** teriam organizado os bloqueios na BR 101 e as manifestações de incitação de animosidades contra o Estado de Direito.

A Informação de Polícia Judiciária nº 713821/2023, contendo a análise da extração de dados do aparelho celular do investigado **JORGE LUIZ MACHADO GARCIA (JORJÃO)**, consoante Laudo nº 107/2023 - SETEC/SR/PF/RJ, identifica que "*foram encontrados diversos indícios de que Jorjão exerce liderança política em Campos.*".

Relevante mencionar, ainda, que nos dados relacionados ao e-mail **jorgemachadojj@gmail.com**, fornecidos pelo Google, há um vídeo ("IMG 2257-liejftbf97/2q.MOV") em que **JORGE LUIZ MACHADO GARCIA (JORJÃO)** aparece convocando a população de Campos dos Goytacazes para apoiar o fechamento da BR101. Segue abaixo um *frame* do referido vídeo, bem como a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

transcrição de seu áudio:



(Transcrição completa do áudio do vídeo IMG\_2257-1iejftb97j2q.MOV: "Até patriotas, aqui quem tá falando é Jorjão Machado, presidente da Direita Campos. Força e honra! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Vamos apoiar os caminhoneiros, você é cidadão de bem, vamos apoiar os caminhoneiros. Assim que eles pararem a BR 101, é... na proximidade de Campos dos Goytacazes, vamos levar alimento, vamos levar água, vamos apoiar os caminhoneiros porque esse momento é importante para o nosso capitão tomar uma atitude, tá pessoal?! Então não vamos entregar fácil a bandeira verde e amarela de ordem e progresso para o comunismo! Então vamos apoiar todos os caminhoneiros tá hom, pessoal? Força e honra! Brasil!")

A mesma IPJ nº 713821/2023 identifica que "é possível concluir que Jorge Machado (Jorjão) e Daniel Pessanha (Daniel Patriota) fazem parte do mesmo grupo político intitulado DIRETA CAMPOS - MOVIMENTO ORDEM E PROGRESSO. Pelas mensagens trocadas entre Jorjão e Daniel no aplicativo de mensagens WhatsApp, os dois eram muito próximos e faziam parte de diversos grupos em comum (relacionados à Direita Campos, sendo administradores de alguns deles). Ademais, há grupos pequenos de que os dois fazem parte a exemplo de um grupo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

denominado 'Direita Campos' com apenas 05 (cinco) participantes."

Nessa senda, a **Informação de Polícia Judiciária nº 758142/2023**, que analisou os dados extraídos do celular do investigado DANIEL PESSANHA, constatou que ele "*exerce liderança política em Campos dos Goytacazes*". Na sequência, a IPJ identificou que: "*Foi encontrada conversa entre DANIEL PESSANHA e o contato que aparece como 'Quelzinha Direita' em seu celular, com número* *Nessa conversa foram encontrados diálogos que denotam organização dos atos ocorridos em frente ao quartel.*".

Corroborando a participação de DANIEL em eventos antidemocráticos e de caráter golpista, foi localizado vídeo, aparentemente gravado por ele, enquanto dirigia o carro e falava: "*Pessoal, estamos aqui, fechamos tudo, está uma loucura, uma loucura. Fechamos desde a BR, fechamos a BR toda, os caminhoneiros estão todos aqui, estão apoiando o movimento, estão indo levar suprimentos para os outros caminhoneiros que fecharam lá a entrada, fecharam tudo, fecharam tudo. Ninguém quer mais essa corrupção, essa bandidagem do PT e toda classe, caminhoneiros, agronegócio, todos, estão Juntos, unidos em um só propósito, e vamos juntos.*".

Conforme relata a autoridade policial, a Informação de Polícia Judiciária nº 01/2023 descortina que nos dias que se seguiram ao 8 de janeiro, foram identificados elementos de informação da participação de **ROBERTO**



B2m

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

**HENRIQUE DE SOUZA JÚNIOR, CARLOS VICTOR DE CARVALHO (CVC) e ELIZÂNGELA CUNHA PEIMENTEL BRAGA.**

Em 16/01/2023 foram cumpridos 5 mandados de busca e apreensão e 3 de prisão temporária, expedidos pela 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em face de ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA JUNIOR, CARLOS VICTOR DE CARVALHO (CVC), ELIZÂNGELA CUNHA PIMENTEL BRAGA, JORGE LUIZ MACHADO GARCIA e DANIEL PESSANHA BATISTA, ressaltando-se que, quanto aos três primeiros, além das buscas, foram expedidos mandado de prisão temporária, com o fito de ouvir outras pessoas possivelmente participantes dos atos. Na ocasião foram apreendidos objetos, em especial aparelhos de telefonia celular, que posteriormente submetidos a extração de dados foram analisados por equipes de policiais federais.

Quanto a CARLOS VICTOR DE CARVALHO, foi produzida a Informação de Polícia Judiciária nº 1296302023, com análise de elementos obtidos em sua conta no Facebook, em que constam várias gravações dos atos que ocorreram no dia 08 de janeiro. Em uma delas, há identificação de sua localização em Brasília/DF, levando a crer que ele esteve nos atos atentatórios contra o Estado de Direito.

Foi produzida a Informação de Polícia Judiciária Nº 694898/2023,





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

com base nos dados extraídos dos objetos apreendidos em posse de CARLOS VICTOR, onde foi possível identificar que ele é forte liderança nos grupos de extrema direita em Campos dos Goytacazes, foi organizador dos eventos nos arredores do Batalhão do Exército na cidade e possui ligações com autoridades políticas.

Com a quebra dos sigilos dos dados telefônicos e telemáticos dos aparelhos apreendidos, após a extração dos dados realizada por perícia técnica, com a respectiva emissão do laudo técnico, assegurando, desta forma, a cadeia de custódia, foi analisado o aparelho celular de ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA JUNIOR, conforme Informação de Polícia Judiciária nº 769957/2023, onde denota-se que ROBERTO efetivamente participou dos atos de incitação das Forças Armadas contra os outros Poderes, bem como angariou fundos para remeter a pessoas que se encontravam nas manifestações em Brasília.

Ademais, nas análises das mídias apreendidas em poder de JORGE LUIZ MACHADO GARCIA, identificou-se que ele também organizava os atos em frente aos quartéis, como também promoveu o bloqueio da rodovia BR 101, KM 70, junto a DANIEL PESSANHA e outros investigados.

Da Informação de Polícia Judiciária nº 769957/2023, relacionada à análise dos dados extraídos do celular de ROBERTO HENRIQUE DE SOUZA

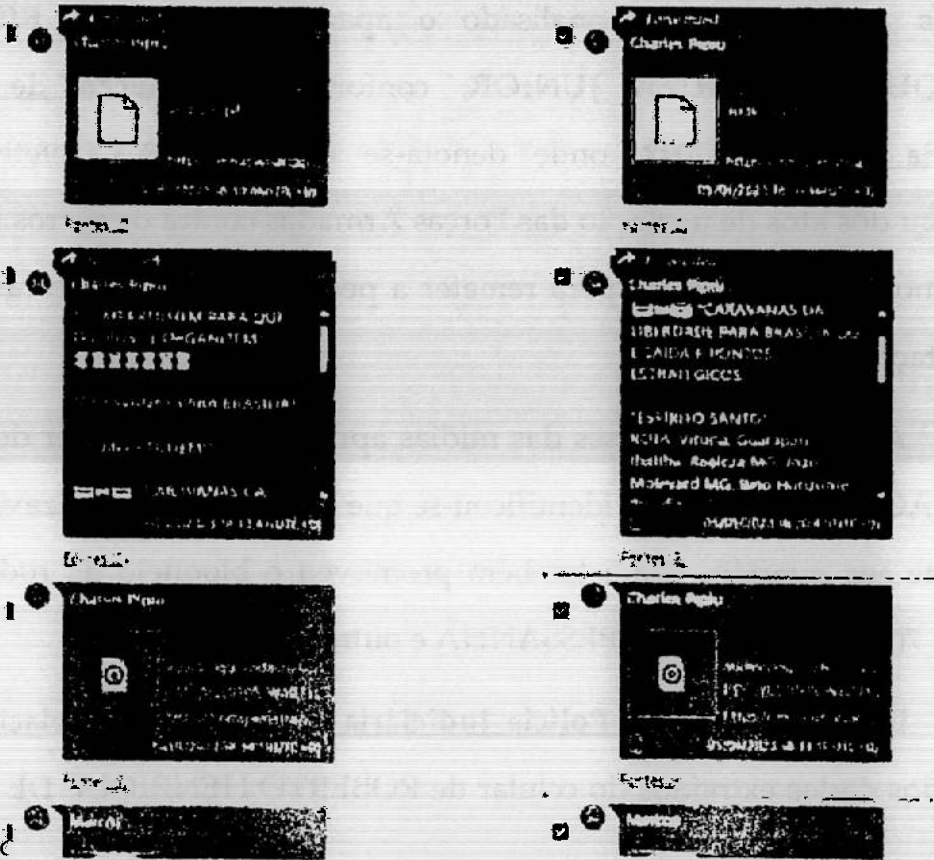


*[Assinatura manuscrita]*

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

JÚNIOR, é possível vislumbrar que ele chegou a recolher doações em dinheiro para enviar a integrantes dos atos do dia 08/01/2023, além de convocar membros dos grupos de whatsapp para participar de atos em frente ao quartel do exército.

Na sequência, em conversa realizada no dia 05/01/2023, o interlocutor denominado "Charles Piupiu", de número [REDACTED] demonstra que na data já existiam articulações visando a prática dos atos do dia 08/01/2023 em Brasília:



CFS/LRC

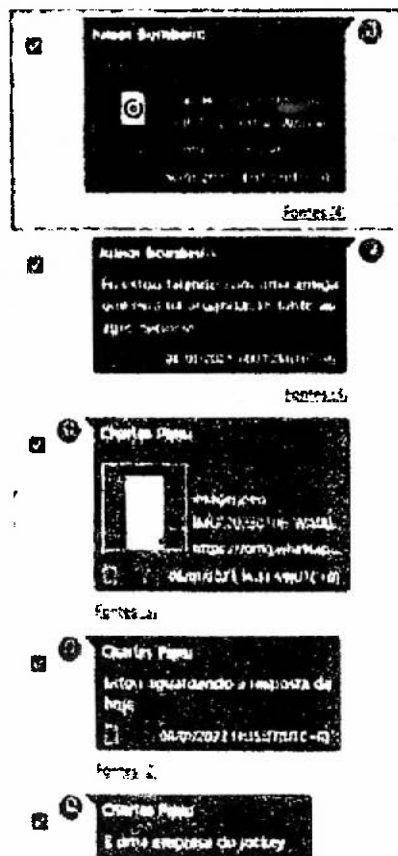
Documento assinado via Token digitalmente por CARLOS FREDERICO SANTOS, em 12/12/2023 17:45. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mn.br/validar-documento>. Chave 0e4d783a.9d5f6d71.6a82f569.e76e4721



OS  
MM

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Posteriormente, em conversa com “Charles Piupiu”, Roberto envia o áudio abaixo transcrito, demonstrando a mobilização de ambos no sentido de organizar e arregimentar grupo para a prática de atos antidemocráticos:



*“Pra falar com esse pessoal a gente precisa chegar pra eles e falar que existe uma ideia de um grupo sair daqui de Campos, já tem gente pra ir, inclusive, e que o custeio ficaria, sei lá, oito mil reais. A gente precisa juntar oito mil reais, nós já temos X. Será que a gente consegue levantar mais alguns empresários amigos aí que possam ajudar nisso aí? E isso que eu tô 5 falando, entendeu? Posso falar com Clodomir também pra Clodomir ajudar.”*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Charles Piupiu, usuário da linha [REDACTED], foi identificado como CHARLES ADRIANO SIQUEIRA DE SOUZA.

A autoridade policial explica que, no curso da investigação, especificamente quando da análise das mídias, de dados obtidos nas contas de e-mail ou em fontes abertas, foi possível colher indícios que CARLOS VICTOR DE CARVALHO possui fortes ligações com o Deputado Federal CARLOS JORDY (CARLOS ROBERTO COELHO DE MATTOS JÚNIOR), que transpassa o vínculo político, denotando-se que o parlamentar, além de orientar grupo expressivo de pessoas, tinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, seja pelas redes sociais ou agitando a militância da região.

Com efeito, foi identificado que CARLOS VICTOR é uma liderança da extrema-direita local, responsável por administrar mais de 15 grupos de WhatsApp, com temáticas extremistas, havendo robustos elementos de informação, conforme demonstrado nas informações de polícia judiciária, de que ele organizou eventos antidemocráticos na cidade de Campos dos Goytacazes.

Conforme Informação de Polícia Judiciária nº 694898/2023, "(...) CVC tinha o hábito de trocar mensagens com o contato 'Jordy Deputado Federal', (61) 94063004. Foi encontrada conversa entre CVC e este contato com 627 registros,



BTM

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

*incluindo mensagens de texto, áudios, anexos e ligações pelo WhatsApp. A maior parte dos registros de WhatsApp encontrados é de datas anteriores ao pleito de 2022, com maioria de agosto a outubro de 2022, totalizando 524 dos 627 registros. Já de novembro de 2022 a janeiro de 2023, foram encontrados 22 registros. Além dos registros expostos neste quesito e no 'quesito h', após as eleições o contato 'Jordy Deputado Federal' continua enviando mensagens para CVC, com vídeos e textos de cunho político e ideológico (...)"*

Importante consignar que, no dia 01/11/2022, CARLOS VICTOR envia mensagem ao parlamentar com conteúdo que sugere que o vínculo entre ambos extrapola eventuais fins políticos partidários, demonstrando intenção de ordenar a prática de crimes contra o Estado de Direito:

*"- CVC: Bom dia meu líder. Qual direcionamento você pode me dar? Tem poder de parar tudo.*

*- JORDY: " Fala irmão, beleza? Está podendo falar aí?*

*- CVC: Posso irmão. Quando quiser pode me ligar"*

Conforme mencionado pela autoridade policial, em tal data ocorriam os bloqueios de rodovias em todo Brasil, inclusive em Campos dos Goytacazes, e tal diálogo em que CARLOS VICTOR chama o parlamentar de meu líder, pedindo direcionamento quanto a "parar tudo", levanta fortes



BBM

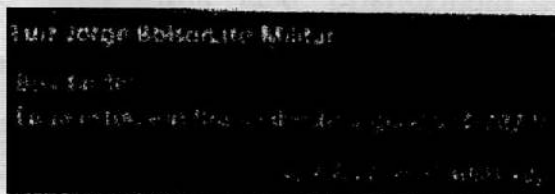
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

suspeitas da participação de CARLOS JORDY nos atos que ocorreram.

Reforçando os indícios de fortes vínculos entre CARLOS VICTOR e CARLOS JORDY, no dia 17/01/2023, quando CARLOS VICTOR se encontrava foragido, CARLOS JORDY faz contato com o primeiro, que já sabia, desde o dia anterior, do mandado de prisão expedido.

A Informação de Polícia Judiciária nº 694898/2023, referente à análise dos objetos apreendidos em posse de CARLOS VICTOR DE CARVALHO, também sinaliza possível participação de RAQUEL NUNES BARBOZA, conhecida como "Quelsinha".

De fato, foi localizado diálogo no aparelho de celular de CARLOS VICTOR com interlocutor denominado "Luiz Jorge Bolsonaro Militar", de número (21) 96767-0128, na qual LUIZ JORGE afirma estar acampado em Brasília, por longo período, e que "Quelsinha" estaria organizando um ônibus para ir à Capital Federal no dia 02/12/2022:



69m



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

União Federal de Defesa da Democracia  
Comitê de Defesa da Democracia  
União Nacional de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia

000000

União Federal de Defesa da Democracia  
Comitê de Defesa da Democracia  
União Nacional de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia

000000

União Federal de Defesa da Democracia  
Comitê de Defesa da Democracia  
União Nacional de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia

CYC 00  
União Federal de Defesa da Democracia  
Comitê de Defesa da Democracia  
União Nacional de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia

União Federal de Defesa da Democracia  
Comitê de Defesa da Democracia  
União Nacional de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia

000000

União Federal de Defesa da Democracia  
Comitê de Defesa da Democracia  
União Nacional de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia

CYC 00  
Comitê de Defesa da Democracia  
União Nacional de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia  
Associação de Defesa da Democracia

Documento assinado via Token digitalmente por CARLOS FREDERICO SANTOS, em 12/12/2023 17:45. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mg.br/validacao/confirmacao>. Chave de acesso: 3d5f6d71\_6a82f569\_e76e4721



*PM*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Conforme exposto na IPJ, após o cotejo de informações contidas em outros aparelhos apreendidos e em redes sociais, foi possível determinar que “Quelsinha” se trata de RAQUEL NUNES BARBOZA.

Quanto à JOSÉ MARIA MATTAR, conforme narrado pela autoridade policial, foi identificado que ele usa de seu canal no YouTube, para propagar notícias falsas, bem como foi utilizado no dia 11/01/2023 para propagar relatos falsos ou para incitar publicamente a prática de crimes, especificamente os ocorridos no dia oito de janeiro e os atentados contra policiais federais realizados pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson, vejamos seus apontamentos que demonstram claramente a utilização ilícita do meio de comunicação:

*“(...) no tempo 59:20, JOSÉ MATTAR falou sobre o dia em que o ex-deputado Roberto Jefferson jogou uma granada e atirou contra agentes da Polícia Federal: ‘o dia que o BOB Jefferson meteu bala na polícia’, ‘tá certo, Roberto FI. 398 DPF/GOY/RJ 2022.0081358 FI. 395 DPF/GOY/RJ 2023.0027848 Jefferson, se cada um defender do jeito que eles atacam, está tudo certo’, ‘vem me pegar, se eu estou armado, eu meto bala, meu amigo, não quero nem saber’; no tempo 1:00:00, após fala de*



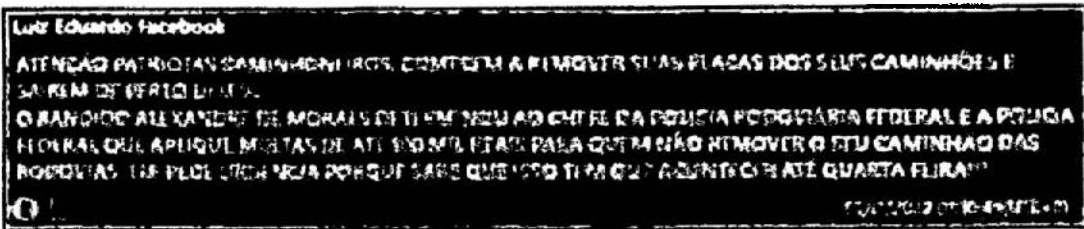


FHM

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

*JOSÉ MATTAR, ANDERSON diz: 'nos Estados Unidos o cidadão está' armado, justamente para que ele possa defender-se de absurdos como esse, porque ordem absurda não se cumpre e lei absurda não se cumpre.'*

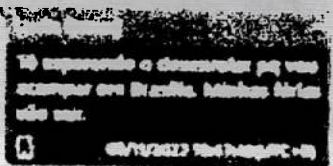
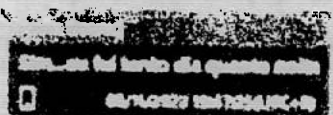
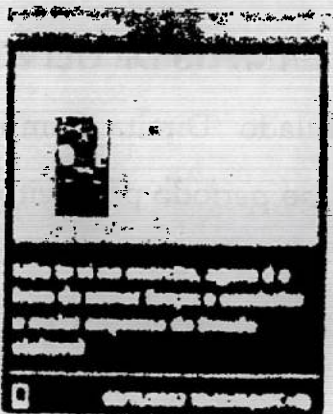
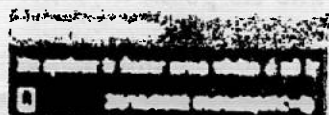
O investigado **LUIZ EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA**, por sua vez, remeteu ao grupo de Facebook intitulado 'Direita Campos Oficial 2', convocação para o fechamento de rodovias no período pós eleitoral, conforme verifica-se abaixo:



Ainda, conforme a autoridade policial, **LUCIA MARIA CAXIAS DOS SANTOS** ou "LUCIA BANERJ", como se apresenta nas redes sociais, também participa ativamente das redes sociais, citando que participou ativamente nos acampamentos em frente ao quarte do exército, assim como cita que iria participar dos acampamentos em Brasília:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
 GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS



Ainda, a investigada LÚCIA enviou mensagem de áudio à "JÚNIOR BOMBEIRO" dizendo: *"Oi, Júnior. Tudo bem? Com certeza, meu filho, com certeza. E eu vou presa a qualquer momento (risos), porque eu tô no meio do pessoal organizando. Pessoal do agro lá de Goiânia, dos arredores de Brasília e tudo. O agro*

72 M



*Handwritten signature/initials*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

*botou aí um apoio aí pra três mil ônibus. Não sei como que eles vão sair. Pessoal tá combinando de chegar diversos horários assim pra não...né? Tem gente que vai chegar de madrugada, tem gente que vai chegar... Mas o negócio tá grande. O negócio tá grande, tá? Tá bonito.” (INFORMAÇÃO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA Nº 769957/2023 - fl.97 RE 2022.0081358 - DPF/GOY/RJ; PET 11385)*

Quanto à **JULIANA MACHADO DA SILVA RIBEIRO, ANDRÉ LUÍS SANTOS CARNEIRO, NEIDE MARA GOMES PALMEIRAS e LEONARDO LOUREIRO FERRAZ**, não há nos autos elementos de informação mínimos que possibilitem analisar suas condutas ou aferir a existência de indícios suficientes para o deferimento das medidas.

Ressalte-se a existência de outras sete medidas cautelares relacionadas à investigação, onde podem conter informações importantes a possibilitar nova análise.

**III – NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E DEMAIS MEDIDAS CAUTELARES EM DESFAVOR DOS REPRESENTADOS**

O quadro fático-probatório indica a necessidade, a utilidade e a pertinência de que os representados sejam alvo de buscas e apreensões pessoal e domiciliar, para os fins previstos no art. 240, §1º, alíneas “b”, “c”,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

"d", "e", "f" e "h", do Código de Processo Penal.

Como já mencionado, os elementos de informação até o momento angariados indicam que os representados integraram ao menos o **núcleo dos financiadores e instigadores dos delitos antidemocráticos**.

É cediço que a Constituição Federal dispõe serem invioláveis a intimidade e a vida privada (art. 5º, inciso X) e, como garantia diretamente alinhada a essa proteção, consagra a casa como asilo inviolável do indivíduo, prevendo que ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, ressalvados os casos de flagrante delito, de desastre (para prestar socorro) ou, durante o dia, por determinação judicial (art. 5º, inciso XI).

Todavia, as garantias constitucionais não se revestem de caráter absoluto e não podem ser invocadas para acobertar práticas ilícitas. Em caso de aparente antagonismo, sua relativização é admitida excepcional e momentaneamente, mediante aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ceder espaço sempre que em contraste com o interesse público superior de promover a persecução criminal e prestar eficientemente a tutela jurisdicional penal, como no caso.

A inviolabilidade pessoal e domiciliar, constitucionalmente assegurada, pode ser afastada em situações excepcionais, com a finalidade de



FSM

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

auxiliar na persecução penal, desde que satisfeitos os requisitos e hipóteses autorizadores definidos no art. 240 do Código de Processo Penal.

A busca e apreensão é medida de natureza eminentemente cautelar, para acautelamento de material probatório, coisas, animais e até pessoas, que não estejam no alcance espontâneo da Justiça.

Na situação em análise, os elementos de informação até então colhidos são consistentes quanto à materialidade e à autoria delitiva.

A apuração dos fatos em toda a sua extensão depende da colheita de elementos complementares, como a arrecadação de provas que possam estar em poder dos representados e em suas residências e devam ser imediatamente acautelados, no interesse da persecução penal.

Sobre a imprescindibilidade da medida cautelar, como já mencionado, cuida-se de meio necessário ao avanço da investigação e ao alcance de provas, sobretudo armas, munições, documentos, anotações, registros, mídias, aparelhos eletrônicos e demais dispositivos de armazenamento de dados que tragam para os autos, em definitivo, as demais circunstâncias delituosas, a identificação de outros agentes e a perfeita delimitação de suas condutas.



*Handwritten signature*

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

Nessa perspectiva, há causa provável a legitimar e autorizar a realização das buscas e apreensões pessoal e residencial, que se afiguram como imprescindíveis, pertinentes e plenamente justificáveis para evitar o desaparecimento de provas e possibilitar o fortalecimento da matriz investigatória e o esclarecimento cabal dos fatos.

A finalidade é apreender coisas obtidas por meios criminosos (alínea "b"), objetos falsificados ou contrafeitos (alínea "c"), armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso (alínea "d") e, ainda, cartas, abertas ou não, destinadas aos representados ou em seus poderes, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação dos fatos (alínea "f"), bem como objetos necessários à prova das infrações (alínea "e") e qualquer outro elemento de convicção (alínea "h") dos supostos delitos de associação criminosa, dano qualificado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, destruição de bem especialmente protegido por lei, notadamente: a) armas e munições, ainda que estejam devidamente registradas no órgão competente, porquanto se trata de investigar, também, crime de associação criminosa armada; b) agendas manuscritas ou eletrônicas (inclusive de anos anteriores); rascunhos; procurações; minutas; decisões; alvarás; registros e livros contábeis, formais ou informais; contratos de prestação de serviços;



PJM

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**  
**GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

ordens de pagamento; notas fiscais; planilhas de custos contabilizados; recibos; comprovantes de depósitos ou transferências bancárias; documentos de manutenção e movimentação de contas, no Brasil e no exterior; documentos comprobatórios de pagamentos de vantagens financeiras; qualquer escrito que relacione alguém a um valor; contratos de promessa e de compra e venda de bens, escrituras públicas, Certificados de Registro e Licenciamentos de Veículos, entre outros documentos indicativos de movimentação de valores; e demais documentos congêneres; c) computadores e dispositivos eletrônicos com acesso à *internet* (*notebooks, tablets, smartphones*), incluindo aparelhos de telefone; mídias de armazenamento (*HD's CPU, HD's externos, pendrives*); e outros arquivos eletrônicos de qualquer espécie, com suspeita de que contenham material probatório importante à investigação, a incluir aqueles armazenados "em nuvem"; d) valores em espécie acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalentes em moeda estrangeira, desde que não seja apresentada prova cabal de sua origem lícita.

Em caso de deferimento das buscas e apreensões, pleiteia-se, desde já, para o adequado alcance das finalidades cautelares pretendidas:

- a) a expedição de mandados de busca e apreensão para os endereços residenciais e profissionais dos representados, com observância das exigências do art. 243 do Código de Processo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Penal, a serem cumpridos com as cautelas e prerrogativas previstas nos arts. 245 a 250 do mesmo diploma legal, bem assim permitindo-se o ingresso onde o agente for encontrado, o que excepcionalmente se justifica pelo fato de poder estar em alguma manifestação, acampamento ou residência provisória;

b) autorização para a autoridade policial prosseguir nas medidas de busca e apreensão em endereços contíguos (para o que deve adotar todas as medidas necessárias a verificar a existência de eventuais cômodos secretos ou salas reservadas em quaisquer dos endereços diligenciados), bem assim determinação para que lhe franqueiem acesso, cópias ou apreensão dos registros de controle de ingresso nos endereços relacionados, caso existam;

c) autorização para as medidas de busca e apreensão em veículos automotores eventualmente encontrados nos endereços e nas vagas de garagem, quando as circunstâncias fáticas indicarem que os representados fazem uso de tais veículos, ainda que não estejam registrados em seu nome;

d) a despeito do disposto no art. 244 do Código de Processo





*Handwritten signature*

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

Penal, expedição de mandado de busca pessoal em desfavor dos representados, inclusive, para que, caso não se encontrem nos locais da realização das buscas, proceda-se à apreensão de armas, munições, objetos e dispositivos eletrônicos de que tenham a posse, bem como a busca em quartos de hotéis, motéis e outras hospedagens temporárias onde o representado tenha se instalado, caso esteja ausente de sua residência;

e) autorização para a busca pessoal e a apreensão de materiais em veículos automotores, caso os representados estejam em deslocamento;

f) autorização para a realização de busca pessoal em desfavor de quaisquer pessoas sobre as quais, presentes no recinto no momento do cumprimento da ordem judicial, recaia suspeita de que estejam na posse de armas (ainda que registradas), objetos ou papéis que interessem à investigação (art. 240, § 2º, do Código de Processo Penal), bem como para o uso da força estritamente necessária para romper eventual obstáculo à execução dos mandados, inclusive o arrombamento de portas e cofres eventualmente existentes nos endereços, caso o representado não esteja no local ou se recuse a abri-lo;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

- g) autorização para o acesso e a análise do conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e *e-mails*) armazenado em eventuais computadores, servidores, redes, inclusive serviços digitais de armazenamento "em nuvem", ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, por meio de quaisquer serviços utilizados, incluindo aparelhos de telefonia celular que forem encontrados, bem assim para a apreensão, se necessário for, dos dispositivos de bancos de dados, *DVDs*, *CDs* ou discos rígidos;
- h) autorização para o acesso e a análise do conteúdo dos computadores e demais dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas, inclusive dados armazenados "em nuvem";
- i) determinação à autoridade policial que providencie o arrolamento, a avaliação e a custódia, em ambiente seguro, do dinheiro em espécie e dos bens de elevado valor econômico apreendidos.



*Blum*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Ademais, o quadro fático-probatório indica a necessidade, a utilidade e a pertinência de que todos os representados sejam alvos do afastamento do sigilo telemático disponível no momento da diligência, em atenção ao art. 10, § 2º da Lei n.º 12.965/2014, e para os fins previstos no art. 22 do mesmo instrumento legal, inclusive em nuvem de dados, arquivos de texto e imagens nos computadores e celulares, aplicativos de celular, e-mails, bem como arquivos armazenados em chip, microchip, *sim card*, cartão de memória ou qualquer dispositivo de memória, a fim de que sejam submetidos a exame pericial com a finalidade de obtenção da materialidade de delitos.

O sigilo de dados, considerado pela doutrina e jurisprudência como desdobramento do direito fundamental à intimidade, não se traduz em garantia inafastável do cidadão, mormente quando sopesado com outros valores também constitucionalmente abrigados. Desta forma, este direito fundamental não se consubstancia em direito absoluto, podendo ser afastado quando da existência de indícios de autoria de prática delituosa, como na investigação em andamento.

Em caso de aparente antagonismo, a relativização das garantias constitucionais é admitida excepcional e momentaneamente, mediante



*[Assinatura]*

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS**

aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ceder espaço sempre que em contraste com o interesse público superior de promover a persecução criminal e prestar eficientemente a tutela jurisdicional penal, como no caso.

Conquanto não se trate de comunicação, os dados relacionados a determinado indivíduo, abrangendo correspondências eletrônicas remetidas por e-mail, conteúdos relativos a aplicativos de mensagens ou outras tecnologias similares, encontram-se sob a tutela do art. 5º, X, da Constituição Federal. Os dados pessoais são aspectos da vida privada, passível de mitigação por ordem judicial, inclusive para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

É o que se extrai do art. 7º, III, da Lei nº 12.965/14 – Marco Civil da Internet:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

[...]

III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GRUPO ESTRATÉGICO DE COMBATE AOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

IV. REQUERIMENTOS

Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL encampa parcialmente a representação da autoridade policial e requer:

a) autorização para que os representados **RAQUEL NUNES BARBOZA, JOSÉ MARIA MATTAR, LUIZ EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA, CHARLES ADRIANO SIQUEIRA DE SOUZA, LÚCIA MARIA CAXIAS DOS SANTOS e CARLOS ROBERTO COELHO DE MATTOS JÚNIOR**, sejam alvos de **busca e apreensão, pessoal e residencial**, inclusive nos endereços profissionais, em endereços a serem confirmados e apresentados pela Polícia Federal, observados os pedidos de acesso e demais consectários acima apontados;

b) o **afastamento dos dados telefônicos e telemáticos** dos dispositivos computacionais, mídias e aparelhos telefônicos que venham a ser apreendidos, e-mail e contas das redes sociais, aplicativos e serviços de mensagens, para fins de análise e perícia.

Brasília, data da assinatura digital.

**Carlos Frederico Santos**  
Subprocurador-Geral da República

